

Desenvolvimento como superação da condição colonial: a influência de longo prazo das formulações isebianas

[*Development as overcoming the colonial condition: the long-term influence of Iseb formulations*]

Rafael Ioris¹

RESUMO • O presente artigo analisa as transformações socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas no contexto de polarização ideológica do Brasil de meados do século XX, com base na rica reflexão promovida dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Busca-se apontar possíveis correlações entre tais formulações e desdobramentos regionais mais amplos, tanto no pensamento promovido no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), assim como no *corpus* conceitual mais amplo conhecido como pensamento dependentista. • **PALAVRAS-CHAVE** • Iseb; Cepal; pensamento dependentista. • **ABSTRACT** • The article

analyses the socio-economic, political and cultural transformations that took place in the context of Brazil's ideological polarization in the mid-20th century, based on the rich reflection promoted within the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), with the aim of pointing out, albeit suggestively, correlations between such reflection and broader regional developments, both in the thinking promoted within the scope of the Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), as well as in the broader conceptual corpus known as dependency thinking. • **KEYWORDS** • Iseb; Cepal; dependency thinking.

Recebido em 24 de maio de 2024

Aprovado em 20 de janeiro de 2025

IORIS, Rafael. Desenvolvimento como superação da condição colonial: a influência de longo prazo das formulações isebianas. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10731.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10731

¹ University of Denver (DU, Denver, CO, Estados Unidos).

O mundo no pós-guerra foi marcado por profundas transformações socioeconômicas, políticas e culturais ocorrendo dentro de um contexto de polarização ideológica e disputas militares e geopolíticas crescentes. Foi dentro dessa realidade complexa que o Brasil experimentou um processo multidimensional de transformações que impactariam seu curso histórico de longo prazo. O país, então, testemunhou altas taxas de industrialização assentada na expansão do mercado de produção e consumo domésticos. O período foi também marcado por profundas inovações nos campos intelectual e político inspiradas na busca tanto de uma nova organização de sua economia e sociedade, assim como de maior e mais destacada presença no cenário global. O presente texto reflete criticamente sobre tais experiências históricas, particularmente nas propostas centradas no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), dado seu papel central nos debates sobre tais temas, assim como discussões e desdobramentos políticos mais amplos que ajudaram a definir o Brasil do final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Busca-se apontar, ainda que de maneira sugestiva, correlações entre tal reflexão e desdobramentos regionais mais amplos, tanto no pensamento promovido no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), assim como no *corpus* conceitual mais amplo conhecido como o pensamento dependentista.

De fato, como se buscará demonstrar nas páginas seguintes, se para o pensamento cepalino a promoção de uma industrialização acelerada planejada e direcionada pelo Estado seria o único caminho para que nações periféricas da economia global pudessem ter maiores níveis de desenvolvimento e autonomia, a grande maioria de pensadores isebianos, que partilhava desse mesmo objetivo e direcionamento, acresceria, ao projeto de desenvolvimento nacional acelerado, a noção de que desenvolvimento nacional implicava também a superação de uma condição (semi)colonial de alienação de si próprio como nação. Ao mesmo tempo, se a crítica central da análise dependentista rejeitaria a possibilidade do desenvolvimento por meio de uma aliança nacional interclassista, já que estruturas globais de poder definiam a condição de dependência dos estados periféricos, defendia-se também, como os pensadores isebianos, embora por outros meios, a urgência da superação da condição colonial alienada.

Começamos por uma breve descrição do cenário geral que propiciou a emergência

de um momento desenvolvimentista no país, analisando, em maior profundidade, as principais noções avançadas pelo Iseb, a principal agência de formulação de um ideário desenvolvimentista na segunda metade dos anos 1950, em especial as ligadas ao tema da superação da chamada condição colonial e o quadro de alienação sobre a realidade nacional definidora de tal condição. Em seguida, há uma breve análise sobre o impacto de tais propostas no quadro mais amplo da reflexão desenvolvimentista e, na seção final, uma digressão, de caráter sugestivo, sobre o impacto de mais longo prazo que formulações isebianas tiveram na crítica à condição do subdesenvolvimento, em especial dentro do ideário dependentista.

TRAÇOS GERAIS DA EMERGÊNCIA DO IDEÁRIO DESENVOLVIMENTISTA

Embora consolidado nos anos 1950, o percurso da aceleração da busca por um desenvolvimento nacional mais autônomo no Brasil remonta a transformações político-administrativas, socioeconômicas e cultural-ideológicas buscadas já em períodos anteriores, quando o governo federal expandia e profissionalizava sua estrutura burocrática e, gradualmente, abria as portas para maior participação política, especialmente no ambiente urbano. Ainda assim, seria nos anos 1950 que a industrialização por meio da substituição das importações no Brasil viria a se consolidar, em grande parte derivada da necessidade crescente de enfrentar persistentes déficits econômicos. Seria então que a associação entre atores econômicos governamentais e não governamentais se aprofundaria, especialmente nos chamados *anos JK*, referência genérica dada à segunda metade do que veio a ser conhecido como a década desenvolvimentista no Brasil. Por vezes, a cooperação entre atores estatais e privados assumiu a forma de *joint venture* em atividades específicas ou, mais comumente, envolvia formas diferentes de apoio financeiro do governo federal a projetos industriais privados específicos. Assim, tais esforços, conhecidos como desenvolvimentistas, consolidar-se-iam, ao longo da década, em um agressivo plano de promoção industrial.

O projeto defendia a propriedade estatal das indústrias de infraestruturas básicas e a coordenação geral da economia nacional por meio de uma gama de diferentes incentivos financeiros. Em suas proposições centrais, tais políticas concertadas fundavam-se na noção de que industrialização é uma condição *sine qua non* para alcançar a autossuficiência econômica nacional e, em decorrência, a autonomia política. Esse argumento derivava diretamente das ideias de Raúl Prebisch, secretário-executivo da Cepal, agência para a promoção do desenvolvimento econômico regional da região, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. O economista argentino afirmava, por via da noção dos “termos de troca declinantes”, que as economias baseadas na agricultura permaneceriam em estado de subdesenvolvimento, a menos que um novo conjunto de políticas econômicas, em especial relacionadas à implementação de um programa industrial nacional, pudesse ser impulsionado por meio da liderança do Estado (PREBISCH, 1949).

Industriais reunidos na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, especialmente, na poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

foram muito receptivos às tais noções, e já em 1950 a CNI lançava edição especial de uma das suas principais publicações (*Estudos Econômicos*), endossando as principais teses de desenvolvimento avançadas pela Cepal. Aglutinando esforços domésticos, mas também regionais, a noção da promoção do crescimento econômico acelerado, especialmente por meio da expansão da base industrial do país, viria a se tornar a principal moeda conceitual comum presente em quase todos os debates políticos, econômicos, intelectuais e culturais mais relevantes ocorridos no Brasil no período. A promoção de tal visão foi amplamente influenciada pelo trabalho da Comissão e teve em Celso Furtado um de seus maiores defensores, argumentando que um desenvolvimento nacional eficaz só se efetivaria se tivesse lugar um planejamento governamental eficiente em favor de um novo tipo de inserção na economia mundial, ou seja, uma inserção menos dependente das receitas primárias advindas das exportações. E tendo tido um papel central nas atividades do Grupo de Trabalho Cepal-BNDE, em meados da década, Furtado ajudou a promover o que viria a ser tornar uma verdadeira lógica desenvolvimentista dentro da burocracia federal.

Se a influência de Furtado foi central, o próprio presidente do país, Juscelino Kubitschek, desempenhou também papel importante na divulgação das propostas da Cepal. De fato, já em sua primeira mensagem presidencial ao Congresso Nacional, em fevereiro de 1956, o mandatário nacional expressou sua concordância com a ideia cepalina que afirmava a existência de uma progressiva deterioração nos termos de troca internacionais para os produtos primários, salientando ainda a importância da cooperação entre os países da América Latina a fim de buscar minimizar tais efeitos corrosivos nas economias regionais. Tal visão havia sido também demonstrada ainda na campanha presidencial de 1955, quando o então candidato Juscelino Kubitschek de Oliveira teria defendido a tese de que:

[...] o mundo de hoje está dividido na promoção de um projeto nacional de industrialização entre os países que fazem parte da era industrial e os que continuam a ser exportadores de produtos primários e importadores de bens industriais [e,] [...] [t]endo em conta que os preços dos primeiros são cada vez mais baixos do que os preços dos últimos, há uma tendência persistente de contas correntes desequilibradas que só pode ser resolvida por uma firme ação por parte do Estado. (OLIVEIRA, 1955, p. 32).

Declarações desse tipo constituem uma evidência concreta da crença compartilhada de que o desenvolvimento nacional deveria se dar por meio de programas de industrialização patrocinados pelo governo. De fato, diversos representantes brasileiros que participaram de conferências internacionais durante esses anos propuseram igualmente projetos relacionados com os formulados pelos líderes de outras nações em desenvolvimento. Em um discurso proferido na reunião do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra, em agosto de 1960, por exemplo, o vice-presidente João Goulart proclamou o inequívoco compromisso do Brasil com a causa da promoção da industrialização em ritmo acelerado. De maneira concreta, Goulart afirmou que:

No mundo cada vez mais interdependente, a luta contra o subdesenvolvimento tem que ser travada não só internamente, como também requer novos níveis de cooperação internacional, de modo que a tendência às crescentes disparidades entre países ricos e pobres possa ser interrompida. [...] [E] toda nação tem o direito fundamental de desenvolvimento, mesmo que esse direito seja suspenso pela falta de coordenação multilateral entre os países. Promover o desenvolvimento tem, portanto, de ser visto essencialmente como uma responsabilidade coletiva da comunidade internacional².

Uma defesa análoga da existência de uma responsabilidade global da parte dos países industrializados na promoção de projetos industriais no mundo em desenvolvimento foi feita por Gustavo Capanema, um veterano membro da Câmara dos Deputados e ministro da Educação e Saúde durante o Estado Novo. Chefe da missão diplomática brasileira na segunda reunião preparatória para a Conferência sobre Desenvolvimento patrocinada pelas Nações Unidas, Capanema alegou, em discurso proferido em 21 de maio de 1956, que:

[...] apesar das promessas de promoção do desenvolvimento feitas no final da [Segunda] Guerra [Mundial], a dinâmica do comércio mundial continua a ser caracterizada por uma crescente deterioração dos termos de troca dos países subdesenvolvidos, em contraste direto com a fase de crescimento rápido das nações industrializadas³.

Formulações similares foram reproduzidas em várias das mais influentes proposições intelectuais do período, que defendiam igualmente a necessidade de promover um caminho autônomo de desenvolvimento nacional. Em nenhum lugar essa lógica ficou mais evidente do que nas obras produzidas no Iseb, no qual uma nova geração de autoproclamados “intelectuais engajados” propunha a base do que chamavam de uma verdadeira “ideologia do desenvolvimento nacional”, como será demonstrado a seguir.

A FORMULAÇÃO DE UMA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL COMO SUPERAÇÃO DA CONDIÇÃO COLONIAL: O PAPEL DO ISEB

A reflexão intelectual sobre desenvolvimento nacional realizada no Brasil em meados do século XX foi estruturada, em geral, em torno de um raciocínio binário, que operava com base na oposição entre economias de base agrícola e economias industriais, atividades impulsionadas pela exportação *versus* atividades orientadas para o mercado interno, cenários que eram vistos como irreconciliáveis e que impediam o surgimento do que poderia vir a ser o que consideravam como sendo a “verdadeira” nação brasileira. Essa lógica dual foi exibida paradigmaticamente em importantes estudos realizados no período, sobretudo nas investigações produzidas

2 Fundo João Goulart, JG.vpr.1960.08.05, rolo 2, fotograma 1221, Arquivo CPDOC.

3 Fundo Gustavo Capanema, GC L 1956.II.14, Arquivo CPDOC.

pelo grupo de prolíficos pensadores nacionalistas que se reuniram no Iseb, o qual, criado em 1955, serviu como espaço de produção de uma reflexão nacionalista voltada para a promoção do desenvolvimento nacional. Dotado de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, o Instituto estava autorizado a conduzir trabalhos acadêmicos de nível superior, mediante a realização de cursos e conferências e a edição de publicações periódicas e de obras, originais ou traduzidas. Suas atividades diárias foram coordenadas pelo seu diretor-executivo, cargo que foi ocupado por Roland Corbisier até 1960, único membro remunerado, já que todos outros ou eram empregados por diferentes setores da burocracia do governo federal, instituições acadêmicas locais no Rio de Janeiro, ou se dedicavam a atividades empresariais.

Embora composto de intelectuais de vários matizes, o Iseb defendeu, em comum, uma posição de desenvolvimento razoavelmente unificada, baseada na noção de que o Estado deveria atuar como o principal promotor da inclusão socioeconômica, a ser atingida por meio de industrialização acelerada, assentada em bases nacionalistas, ou seja, com o controle das atividades essenciais da economia nas mãos estatais ou de empresários nacionais, pela ampliação do mercado interno, e pela busca de níveis mensuráveis na melhoria das condições de vida para a maioria da população.

Figura central da criação do Instituto, Jaguaribe foi autor de vários livros sobre o tema do desenvolvimento nacional, nos quais sempre defendeu que uma reflexão intelectual “verdadeiramente nacionalista” devia ser baseada em preocupações concretas e focada na produção de soluções políticas viáveis para o país. Outros membros que também ocuparam cargos oficiais na instituição foram o próprio Hélio Jaguaribe, diretor do Departamento de Ciência Política, Alberto Guerreiro Ramos, diretor do Departamento de Sociologia, Álvaro Vieira Pinto, diretor do Departamento de Filosofia, Cândido Mendes de Almeida, diretor do Departamento de História, e Ewaldo Correa Lima, diretor do Departamento de Economia.

Como mencionado acima, apesar de importantes diferenças intelectuais e pessoais entre seus membros, a produção intelectual original do Iseb revela semelhanças notáveis e influências ideológicas em comum. Uma das principais características do legado do Instituto para a história do pensamento político-social brasileiro é a ideia de que era possível e imprescindível formular uma ideologia unificadora de nacionalismo que serviria, então, instrumentalmente, para apoiar um “desenvolvimento emancipatório” do país. Vários de seus membros insistiam na ideia de que a criação de uma “ideologia do desenvolvimento nacional” era vital para “galvanizar as massas alienadas, desorientadas, em um projeto que visava à construção do poder econômico nacional e à consolidação da soberania política da nação” (BONILLA, 1963, p. 244 – tradução minha).

Durante seus nove anos de existência, o Iseb publicou mais de 30 obras originais, a maioria de autoria de seus próprios membros, tratando de uma ampla variedade de temas, assim como traduções de vários textos de autores estrangeiros. Estes últimos incluíram algumas das principais obras contemporâneas, escritas por influentes pensadores europeus, como Karl Jaspers, Karl Manheim e Gunnar Myrdal. Além disso, o Instituto ministrou cursos acadêmicos regulares em um novo campo de pesquisa, denominado estudo de problemas brasileiros, e seu programa acadêmico oficial mais importante consistia de um curso de pós-graduação, com a duração de um

ano, oferecido aos membros civis e militares mais graduados da administração federal. Na conclusão das disciplinas, os alunos deveriam escrever uma tese sobre algum “problema fundamental” que o país enfrentava. Após a apresentação bem-sucedida de suas teses, os autores recebiam um diploma de mestre em estudos brasileiros. Os intelectuais do Iseb também interagiam estreitamente com audiências mais amplas, que iam além do ambiente acadêmico, e faziam várias intervenções públicas, como conferências e palestras, realizadas em cidades de todo o país, atendendo a solicitações de universidades, governos locais, organizações cívicas e sindicatos⁴.

A busca por um conhecimento aplicável, capaz de “resgatar o país” de sua condição de subdesenvolvimento, de fato moldou a história do Instituto desde o início, e alguns dos seus principais argumentos foram apresentados recorrentemente no extenso trabalho produzido por seus membros nas páginas de *Cadernos do Nosso Tempo*, publicação que precedeu e influenciou diretamente o Iseb por via da liderança de Jaguaribe, que publicou “A crise brasileira” em 1953, onde buscou definir o que chamou de uma “ideologia do nacional-desenvolvimentismo”, que o país deveria formular. No mesmo trabalho, o autor afirma também que, embora não restrita à área econômica, já que os problemas do país também se refletiam na dimensão cultural do subdesenvolvimento, a esfera material seria definidora do que ele definia como a “crise brasileira”, já que seria fruto da crescente deterioração dos termos de trocas comerciais da economia global (JAGUARIBE, 1953).

Segundo o autor-fundador do Instituto, a economia brasileira esteve por muito tempo amarrada à exportação de bens primários, situação agravada pelo crescente consumo de um número cada vez maior de produtos manufaturados importados. O país enfrentava também uma crise mais ampla decorrente da falta de conscientização sobre suas supostas verdadeiras necessidades e sua própria identidade como nação, realidade que estaria sendo agravada pela recusa do governo federal em atuar como um agente efetivo de desenvolvimento. E como forma de atenuar esse cenário desafiador, na seção final do artigo, Jaguaribe conclama o país, por meio de suas elites dirigentes, a reformar suas estruturas de governo a fim de que o Estado pudesse exercer um “papel de coordenação na direção de um desenvolvimento nacional autônomo” (JAGUARIBE, 1953, p. 144). Ele também reivindicava a criação de um movimento social de base ampla a favor da eficiência econômica, inspirado em uma ideologia nacionalista de desenvolvimento e em metas desenvolvimentistas muito concretas, promovidas por um Estado firme, “capaz de defender os interesses nacionais a nível internacional e de oferecer esperança para um futuro comum a ser atingido por todos os segmentos sociais” (JAGUARIBE, 1953, p. 144).

Interessantemente, no mesmo texto, Jaguaribe argumenta também que o Brasil se encontrava preso a uma condição que definiu como “semicolonial”, dada sua incapacidade de seguir um caminho autossustentável e autônomo de crescimento econômico. Tal raciocínio fundamentava-se na oposição existente entre a chamada condição colonial e a situação de uma nação efetivamente independente, recurso heurístico recorrente em várias análises produzidas no Instituto e que encontrava ressonância em proposições semelhantes, defendidas por autores europeus da época,

4 Outras informações podem ser encontradas em: Ioris (2017).

especialmente no que se referia à situação dos países africanos. Considerando, porém, que o argumento anticolonial sustentado por esses autores não era aplicável na sua totalidade à realidade dos Estados latino-americanos – que tinham alcançado a independência política 130 anos antes –, os intelectuais do Iseb conceberam criativamente a noção de “condição semicolonial” a fim de que o contexto histórico de países como o Brasil, em meados do século, pudesse ser explicado por meio desse raciocínio.

Esse último conceito tinha sido proposto como uma maneira criativa de descrever de forma mais apropriada o que os autores brasileiros afirmavam ser sociedades definidas heteronimamente (isto é, a partir de fora) e que, independentemente de serem Estados soberanos em termos jurídicos, não podiam exercer plenamente sua autonomia nacional, considerando que suas economias de exportação de *commodities* eram organizadas essencialmente para atender às demandas e aos interesses estrangeiros. A condição semicolonial seria, pois, um estado permanente de subdesenvolvimento, caracterizado por taxas de desemprego e/ou subemprego elevadas, produtividade econômica, salários e renda *per capita* baixos, assim como por uma carência de capital para investimento e uma profunda fragmentação social entre grupos sociais envolvidos no setor dinâmico exportador da economia e aqueles vinculados à agricultura de subsistência. Jaguaribe defendia ainda que, somente recorrendo a uma ideologia desenvolvimentista apta a aproveitar todos os setores da sociedade brasileira interessados na superação da condição de subdesenvolvimento, o país se tornaria uma nação política e, o mais importante, economicamente viável e autônoma.

A ideia de nação como um “projeto comum” era central para os autores do Iseb, e Corbisier é explícito ao afirmar que a principal tarefa era a construção de um projeto nacional coletivo, com base em uma compreensão exata da verdadeira identidade do país. Nas palavras do autor, “é apenas com base em uma verdadeira ideologia do desenvolvimento nacional que nos tornaremos conscientes de nós mesmos, de quem somos e de quem queremos ser, e de nossa nação como uma tarefa comum a ser criada” (CORBISIER, 1959, p. 86), e o foco principal do Instituto deveria ser o de formular uma ideologia prática concreta, “uma narrativa do que queremos ser como uma nação, uma imagem de um destino compartilhado que, para ser viável, tem de ser definido pela própria noção de desenvolvimento” (CORBISIER, 1960, p. 68).

Somando-se à preocupação sobre a “causa nacional”, Álvaro Vieira Pinto, um dos pensadores mais influentes do Instituto, seria responsável por uma das defesas mais entusiásticas da necessidade de melhorar as condições de vida dos segmentos economicamente desprivilegiados do país. Esse destacado filósofo da Universidade do Brasil (depois Universidade Federal do Rio de Janeiro) foi diretor-executivo do Iseb entre 1960 e 1964. Suas pesquisas, em grande parte de inspiração hegeliano-marxista, tinham como eixo a inserção das necessidades das pessoas comuns no núcleo da reflexão filosófica produzida pelo Instituto. Tendo sido um dos intelectuais mais radicais dessa instituição, ele argumentava que o desenvolvimento nacional tinha que atender prioritariamente às necessidades e aos interesses dos segmentos de trabalhadores da população, visto que “sem uma ideologia eficaz de desenvolvimento nacional interessado em conhecer as necessidades da maioria da população, nenhum desenvolvimento real jamais poderá ser alcançado” (PINTO, 1960, p. 74).

Aprofundando sua reflexão, considerando que a condição de *subdesenvolvida*

implicava que uma coletividade não tinha controle sobre seu próprio futuro, o mesmo autor defendia, da mesma forma que os outros intelectuais citados, a adoção de um projeto nacionalista de desenvolvimento como o caminho necessário para alcançar não só a prosperidade econômica, mas também a soberania política. Da mesma forma, dizia Vieira Pinto (1962, v. I, p. 497), sem independência econômica “não há nenhuma possibilidade para que a nação real seja concretizada, não há possibilidade de ser fiel à sua essência nacional”. E, ainda de acordo com essa visão, superar a realidade do subdesenvolvimento requeria, de fato, eliminar as divisões socioeconômicas globais existentes entre as economias industrializadas e as não industrializadas. Tal objetivo exigia, por sua vez, que o desenvolvimento nacional fosse buscado em escala global, de modo a aproveitar as potencialidades e a vontade coletiva das populações em todos os países pobres a favor de um caminho alternativo de inserção econômica na economia mundial (PINTO, 1962, v. 2, p. 112). Por fim, em sintonia com os ideais mais amplos do Instituto e dado que os Estados subdesenvolvidos estavam à mercê dos caprichos das nações ricas, Vieira Pinto (1962, v. 2, p. 129) argumentava pela formulação e disseminação de uma ideologia nacionalista capaz de criar uma consciência global em prol do desenvolvimento, tarefa que, assim como propunham Jaguaribe e vários outros, constituiria a tarefa principal do Instituto.

Para Alberto Guerreiro Ramos (1960, p. 225), primeiro diretor do Departamento de Sociologia do Iseb, perseguir uma agenda nacionalista de desenvolvimento implicava também participar na luta global para eliminar as disparidades socioeconômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Como Jaguaribe, ele acreditava que a tarefa de promover o desenvolvimento nacional exigia que todos os segmentos sociais interessados no objetivo da industrialização se unissem em uma frente comum à medida que era “intrínseco à condição colonial e semicolonial ter a sociedade nacional dividida entre polos nacionais e antinacionais” (RAMOS, 1958, p. 33). Em consonância mais direta com a obra de Vieira Pinto, Guerreiro Ramos tampouco abria mão de que a reflexão intelectual produzida no Instituto servisse às necessidades concretas da sociedade nacional mais ampla. Na sua opinião, além da contradição estrutural existente entre interesses nacionais e antinacionais, era necessária a formulação de uma ideologia desenvolvimentista suficientemente envolvente, capaz de motivar todos os chamados segmentos sociais modernos para o “processo de despertar, que é realmente a tarefa fundamental da sociedade brasileira de hoje” (RAMOS, 1956, p. 30).

Essas noções foram compartilhadas, também, por Nelson Werneck Sodré (1960, p. 30), típico pensador marxista do período, que acreditava que o principal desafio do Brasil residia na construção de uma frente comum de todos os nacionalistas contra os “poderosos obstáculos colocados pelo interesse econômico estrangeiro e seus aliados internos”. A oposição entre interesses sociais distintos, vistos como irreconciliáveis, seria muito bem descrita inicialmente por Jaguaribe⁵, por meio dos

5 O autor iria posteriormente mudar de posição, vindo a defender um papel possivelmente importante ao capital estrangeiro no desenvolvimento nacional. Tal mudança provocaria um racha fundamental entre os pensadores isebianos, chegando mesmo a forçar a saída do criador do Instituto, como será explicitado melhor adiante.

conceitos de forças sociais “cosmopolitas”, tradicionalmente ligadas às atividades de produção para exportação, cujos interesses se opunham aos defendidos por forças “nacionalistas”, que eram favoráveis à industrialização nacional e à expansão do mercado interno. Articulando uma almejada ideologia anticolonial, essa última posição repudiava veementemente o capital estrangeiro *in toto* como manifestação de imperialismo econômico, que devia ser rejeitada e substituída por uma maior influência pública na economia.

Até mesmo o sempre comedido Cândido Mendes de Almeida, colaborador próximo de Jaguaribe, argumentava apaixonadamente contra a ampliação da presença do capital privado estrangeiro no país. Na sua opinião, os investidores estrangeiros tinham desempenhado historicamente um papel essencialmente de exploração, devendo, portanto, ser rejeitados como agentes de desenvolvimento confiáveis (ALMEIDA, 1963, p. 244). De fato, para o autor, que viria a ser tornar um dos mais influentes pensadores isebianos de longo prazo no país, “a América Latina compartilha um legado de não ser o sujeito de sua própria história e nossa alienação é, tragicamente, o que mais temos em comum” (ALMEIDA, 1960, p. 19). Não obstante essa avaliação negativa da realidade das sociedades não industrializadas, presente no *esprit du temps* existencialista do Iseb e nas proposições de política externa de Vieira Pinto, Cândido Mendes acreditava que “chegou o dia de nos tornarmos donos de nosso próprio lugar histórico”, realidade que o Brasil compartilhava com as “nações comprometidas com a agenda de Bandung”, estando todas elas agora definidas por ter a “ideia nacional intrinsecamente associada ao objetivo de promover o nosso próprio desenvolvimento” (ALMEIDA, 1960, p. 20; p. 237). Da mesma forma, argumentava que “buscar o desenvolvimento como uma política deliberada para alcançar a meta da autodeterminação” era a base para o estabelecimento de solidariedade com outras sociedades subdesenvolvidas por todo o mundo (ALMEIDA, 1963, p. 272).

Interessantemente, demonstrando a dificuldade crescente de manter as propostas do Instituto em linhas convergentes, à medida que os projetos desenvolvimentistas do governo JK iam sendo implementados, ao longo dos últimos anos da década, Jaguaribe, o intelectual fundador do Iseb, viria a alterar suas visões iniciais sobre o papel explorador do capital estrangeiro nos projetos de desenvolvimento nacional em países periféricos; processo que viria a provocar um racha profundo dentro da organização e a própria saída do autor. De fato, em seu livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, publicado em 1958, Jaguaribe viria a defender uma posição intermediária, argumentando que o desenvolvimento nacional eficaz tinha que ser baseado em uma postura pragmática, ao invés de versões empobrecidas de posições políticas radicais. E embora a administração Kubitschek favorecesse projetos industriais que contavam com a participação do capital privado estrangeiro, ecoando a nova visão defendida por Jaguaribe, a maioria dos membros do Iseb se mostraria cada vez mais inflexível em relação a esse caminho de desenvolvimento, alternativamente propondo um posicionamento cada vez mais nacionalista que viria a ser tornar central no Instituto, bem como fora dele, nos últimos anos da década de 1950 e no início da década seguinte.

O LUGAR DO ISEB NA REFLEXÃO INTELECTUAL SOBRE DESENVOLVIMENTO NACIONAL NO BRASIL

Além da influência de autores brasileiros, o pensamento isebiano sofreu claramente o impacto de noções de desenvolvimento também de matriz dualista apresentadas pela Cepal, de modo especial, as focadas na necessidade de expandir as atividades econômicas modernas em setores tradicionalmente estagnados a fim de que o crescimento econômico acelerado e o progresso social supostamente a ele associado fossem alcançados (PREBISCH, 1950). Uma segunda formulação importante da Cepal, que exerceu profunda influência sobre o Iseb, argumentava que a ampliação do *gap* tecnológico entre as economias industrializadas e aquelas de base agrícola exigia que os governos da região agissem imediatamente para estimular uma industrialização em ritmo acelerado.

Dada a enormidade da tarefa que tinha pela frente, e à medida que seu pensamento amadurecia, ao longo da década, autores do Iseb defendiam cada vez mais vigorosamente uma forma centralizada de governo, capaz de superar a lógica patrimonial deletéria do processo legislativo. Jaguaribe expandia, assim, sua crítica ao que via como a tradição brasileira de importação de modelos políticos que não respondiam às necessidades reais do país, deixando a nação em uma situação de permanente alienação. E, como indicado na seção anterior, o conceito de alienação – que a maioria dos membros do Instituto articulava em termos não marxistas, ou seja, sem referência à noção de trabalho (mais-valia) indevidamente apropriado – era, pois, central na reflexão produzida no Iseb. Até mesmo Roberto Campos – diplomata que exerceu papel-chave na implementação do Plano de Metas como diretor do BNDE, e que foi membro do Conselho Curador do Instituto, quando defendia posições bem mais nacionalistas do que as que viria a assumir em meados da década seguinte – acreditava que a maioria dos desafios econômicos que o Brasil enfrentava em meados do século derivava da tendência equivocada das elites nacionais de tentar manter padrões estrangeiros de consumo que não correspondiam à capacidade e aos valores nacionais (CAMPOS, 1956, p. 230). Somando-se a essa linha de análise, Roland Corbisier afirma, ainda que de forma mais abstrata, que:

[a] falta de consciência crítica em relação a nós mesmos é explicada pelo conceito de alienação, uma vez que durante nossa longa trajetória colonial fomos definidos por aquilo que os antigos países-mãe imprimiram em nós. Mas mesmo depois disso [da experiência do colonialismo], continuamos a produzir apenas possibilidade, o que os outros tomarão e transformarão em realidade. [...]

[Ao fazê-lo], produzimos apenas o não ser, enquanto continuamos a importar o ser, que é produzido por outros e que representa apenas eles, não nós. (CORBISIER, 1959, p. 40; p. 49).

Como descrito acima, os autores isebianos acreditavam que a condição de estar alienado de seu verdadeiro eu era uma realidade abrangente que se manifestaria em todos os aspectos da condição semicolonial, definindo assim as próprias sociedades subdesenvolvidas. Como seria de esperar de uma instituição acadêmica de orientação

pragmática, mover-se para além dessa realidade social alienada foi um tema que também recebeu muita atenção do Iseb. A maioria dos escritores não apenas alegava a necessidade de uma ação estratégica e deliberada da parte do Estado e de seus assessores intelectuais mais preparados, mas expressava constantemente seu otimismo de que esse curso de ação estava de fato ocorrendo. Vieira Pinto (1962, v. 2, p. 505), por exemplo, manifestou sua confiança de que, “enquanto embarcamos em nossa nova etapa de desenvolvimento intenso, finalmente assistimos à possibilidade de construção de um pensamento social que é autenticamente brasileiro”. Guerreiro Ramos (1960, p. 242), por sua vez, alegrava-se com o fato de que os brasileiros estariam, finalmente, se “tornando conscientes da nossa cultura e do nosso caráter nacional verdadeiros” diante das “recentes transformações ocorridas no sistema econômico”, que nos forneceram “uma nova maneira de nos posicionar no contexto da história universal”. Ao articular essas muitas e diferentes formulações, os intelectuais isebianos tentavam definir o que era a sua própria nação, bem como, e o que é mais importante, o que ela poderia – e deveria – se tornar. Segundo as linhas gerais dessa visão, a nação seria uma entidade que não poderia ser definida por seus atributos atuais, mas sim por suas potencialidades.

Fica claro, então, que, de acordo com a visão desenvolvida entre autores desenvolvimentistas de várias matrizes no final da década de 1950, um projeto nacional que “permitisse que a verdadeira nação brasileira emergisse” (JAGUARIBE, 1953, p. 146). seria uma proposta política estrategicamente implantada para assegurar a realização das potencialidades do país. Nessa leitura igualmente otimista e militante do cenário nacional – pelo menos no sentido de que, apesar dos muitos desafios cotidianos, o país poderia traçar um futuro mais promissor se tomasse as medidas corretivas adequadas –, os membros do Iseb não só assumiam que algo poderia ser feito para alterar as perspectivas do país, mas também que, na condição de pensadores engajados, estavam excepcionalmente preparados para compreender a essência da nação e, conseqüentemente, guiá-la para a concretização do seu potencial. No mesmo sentido, em seu conjunto, os escritores nacionalistas reunidos no Instituto acreditavam que, ao trilhar efetivamente o caminho do desenvolvimento nacional, a alienação do país com relação a seus próprios valores, interesses e identidade poderia ser finalmente superada. De maneira similar, os intelectuais isebianos argumentavam que, dentro desse processo histórico de superação, um papel proeminente deveria, evidentemente, ser reservado para eles próprios, como a emergente *intelligentsia* nacional autoaclamada, com a atribuição de orientar as ações de um governo nacional socialmente mais receptivo e politicamente mais ativo.

Caberia ressaltar que os debates sobre o desenvolvimento nacional não estavam restritos a funcionários-chave do governo, sendo também reproduzidos em vários locais da influente mídia impressa, e vários dos seus membros publicavam textos regularmente em algumas das publicações mais atuantes da época, como o *Diário Carioca*, o *Jornal do Comércio* e a *Revista do Clube Militar*. A partir de 1957, o Iseb também trabalhou diligentemente para expandir seu alcance para fora do Rio de Janeiro, como forma de influenciar um público mais amplo. Uma estratégia importante foram as palestras públicas, como as realizadas em março do mesmo ano, em São Paulo, sob o patrocínio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Iniciativas

semelhantes ocorreram em outras cidades importantes, como Fortaleza e Porto Alegre, em 1959 e 1960, normalmente a pedido dos sindicatos locais. Mas, apesar de ter cumprido um papel intelectual orgânico no debate público no período e de sua prolífica produção intelectual (dezenas de livros originais, centenas de palestras públicas e dezenas de cursos de formação, que envolveram milhares de funcionários públicos, militares, sindicalistas e o público em geral), o Iseb nunca foi levado muito a sério pela maioria das instituições acadêmicas relevantes da época (TOLEDO, 1977).

Embora de breve duração, o Iseb inovou ao propor um entendimento multidimensional sobre a realidade da dependência, já que esta era vista como indo além da questão econômica (em especial a temática dos termos de troca desigual) para englobar dimensões sociais e mesmo culturais. E ainda que, numa perspectiva de longo prazo, as propostas interclassistas isebianas viessem a ser superadas pelas propostas mais abertamente críticas, especialmente pelo dependentismo do final dos anos 1960, parece cada vez mais claro que a matriz de pensamento isebiano teve um papel central em prover vários dos elementos fundacionais que a reflexão dependentista viria a assumir posteriormente, em especial com relação aos temas do subdesenvolvimento estrutural e da busca pela autonomia nacional.

Grande parte da influência do Iseb derivava de seu consistente senso de otimismo pela “causa nacional”, algo que poderia ser articulado de diferentes maneiras por grupos sociais que propunham posições políticas muito diferentes. Na verdade, ao contrário das versões mais retrógradas, chauvinistas ou moralistas do nacionalismo defendidas pelas forças conservadoras no Brasil nas décadas de 1930 e de 1960, respectivamente, o Instituto promoveu uma representação híbrida do país, articulada de forma criativa, que ajudou a avançar um sentimento de confiança na viabilidade e na pujança da sociedade brasileira. Assim, apesar dos muitos projetos específicos formulados no Iseb, grande parte da sua popularidade derivava de sua articulação consistente da noção de que o futuro do Brasil era promissor e que essa realidade futura poderia ser alcançada em um lapso mensurável de tempo.

Por outro lado, a influência das posições políticas mais radicais defendidas pelo Iseb no início da década de 1960 levou muitos estudiosos a concluir que o Instituto desempenhou um papel importante na polarização política que conduziu ao colapso do regime democrático no início de 1964. Uma nova avaliação dessa noção deve levar em conta também que o Iseb exerceu uma influência significativa na propagação de pontos de vista nacionalistas de desenvolvimento no período. Da mesma forma, cabe salientar que as muitas publicações, sessões de formação e palestras públicas produzidas ou organizadas pelo Instituto nos anos mais intensos do nacional-desenvolvimentismo certamente desempenharam um papel-chave na promoção de um crescente sentimento nacionalista em muitos grupos da sociedade brasileira, uma tendência que era vista cada vez mais como perigosa pelos segmentos mais conservadores das elites militares e empresariais.

Mas, apesar de terem provocado debates prolíficos e importantes em relação ao futuro do país, realizados nos meios de comunicação nacionais, e de terem atingido segmentos cada vez mais amplos da sociedade urbana, as formulações do Iseb não seriam efetivamente seguidas pelos órgãos governamentais ligados à promoção do desenvolvimento da administração Kubitschek. Na verdade, embora fornecesse apoio

institucional (logístico e financeiro) ao Instituto, o governo federal implementou projetos econômicos estruturados de acordo com as suas próprias visões de desenvolvimento, baseadas em uma leitura muito mais estreita e essencialmente econômica da realidade nacional. Seria importante, pois, resgatar algumas de suas ideias centrais no sentido de recuperar suas contribuições no pensamento anticolonial e desenvolvimentista mais amplo.

A INFLUÊNCIA DE LONGO PRAZO DAS FORMULAÇÕES ISEBIANAS

Ainda que de maneira sugestiva, a análise apresentada nos permite apontar alguns elementos de curto, médio e longo prazo sobre a reflexão tratando sobre a temática da dependência, tão central tanto para o pensamento desenvolvimentista brasileiro, como para o projeto cepalino e as reflexões desenvolvidas na literatura da chamada teoria da dependência. Em primeiro lugar, é clara a influência e por vezes o engajamento direto da reflexão desenvolvimentista brasileira com o ideário cepalino, em especial no que tange à análise sobre a questão da relação entre o chamado centro e a periferias econômicas mundiais. Cabe destacar aqui o papel de Celso Furtado nesse processo ao trazer não só muitas das propostas da Cepal para o país, mas também por ajudar a difundir-las, em especial, na burocracia federal e agentes a ela associados.

Ainda assim, a reflexão desenvolvimentista brasileira teve também outras matrizes de influência, de modo central, o pensamento humanista e existencialista do pós-guerra europeu, especialmente o de matriz não marxista, de maneira central ligado ao tema da alienação. Da mesma forma, ainda que isso não tenha certamente assumido todo o seu potencial em termos de colaborações formais, havia reconhecimento por parte de pensadores brasileiros, em especial no Iseb, sobre a questão da descolonização africana. Seria também importante ressaltar como a reflexão isebiana acabaria por amparar esforços diplomáticos direcionados a superar a dita chamada realidade semicolonial, em especial a tentativa de articular um amplo esforço de coordenação pró-desenvolvimento regional buscada pelo presidente Kubitschek no final da década, conhecido como Operação Pan-Americana (IORIS, 2017).

Ainda que valiosas, as formulações isebianas viriam a ser ainda mais enriquecidas pelas análises sobre os limites estruturais dos mercados mundiais para a inserção não dependente das economias subdesenvolvidas de pensamento dependentista. Mesmo não sendo unívocas, em linhas gerais, suas formulações rejeitavam a perspectiva de matriz cepalina, vista como ingênua, de que seria possível uma união interclasses a fim da promoção de um projeto nacional de desenvolvimento autônomo por meio da industrialização substitutiva das importações (BRESSLER-PEREIRA, 2010; WASSERMAN, 2017). Nesse sentido, quais seriam as conexões possíveis entre tais quadros heurísticos?

Em primeiro lugar, assim como a crítica dependentista, havia no pensamento isebiano o reconhecimento de que a dependência econômica estrutural dos países latino-americanos de meados do século XX partilhava muito da realidade presente também nos países recém-emancipados da África e Ásia, onde a superação da situação pós-colonial requereria um esforço amplo e multidimensional. Sabemos que o dependentismo enriqueceu em muito as análises sobre os limites ao

desenvolvimento periférico impostos pelas estruturas de poder globais, indo além do tema da superação dos termos de troca desiguais por via da industrialização acelerada da matriz cepalina (FRIEDMANN; WAYNE, 1977). Mas aqui também caberia resgatarmos o pensamento isebiano, que já articulava noções, infelizmente no mais das vezes ainda não bem reconhecidas, que tratavam de maneira rica e sofisticada da condição de alienação semicolonial de perspectivas não somente econômica, mas também política e sociocultural mais amplas.

Assumimos por muito tempo que a lógica “acomodacionista” e interclassista isebiana (e cepalina) teria sido superada, em termos históricos e conceituais, pelas propostas dependentistas mais radicais do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. É indiscutível que o golpe de 1964 cumpriu um forte papel na confirmação da impossibilidade histórica de contar com uma frente nacional desenvolvimentista capaz de impedir a aceleração da integração em moldes dependentes da economia brasileira no quadro do capitalismo global. Mas aqui também a reflexão isebiana parece ter sido muito rapidamente – e por tempo demasiado – posta de lado na literatura crítica, de matriz dependentista, marxista ou não, como inviável e equivocada, apesar da riqueza e precocidade de várias de suas formulações. De fato, dentro de uma perspectiva de mais longo prazo, o multiclassismo isebiano, em geral visto como ingênuo e impraticável, não teria talvez sido retomado, com algum grau de sucesso, nas recentes experiências de governo da chamada “onda rosa” latino-americana, em especial no Brasil no início dos anos 2000 – noção de fato apontada por Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes em meados do governo Lula (IORIS, 2017).

Fica claro, pois, que o pensamento isebiano inovou ao propor um entendimento multidimensional sobre a realidade da dependência, já que esta era vista como indo além da questão econômica (em especial a temática dos termos de troca desigual) para englobar dimensões sociais e mesmo culturais. E ainda que, numa perspectiva de longo prazo, as propostas interclassistas isebianas viessem a ser superadas pelas propostas mais abertamente críticas, especialmente pelo dependentismo do final dos anos 1960, parece ser cada vez mais evidente que a matriz de pensamento isebiano foi chave em suscitar elementos fundacionais que a reflexão dependentista viria a assumir posteriormente, em especial com relação aos temas do subdesenvolvimento estrutural e da busca pela autonomia nacional.

SOBRE O AUTOR

RAFAEL IORIS é professor de História e Política Latino-Americana da University of Denver.
rafael.ioris@du.edu
<https://orcid.org/0000-0003-1956-2698>

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Perspectiva atual da América Latina*. Rio de Janeiro: Iseb, 1960.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Nacionalismo e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1963.
- BONILLA, Frank. A national ideology of development: Brazil. In: SILVERT, K. H. (Ed.). *Expectant peoples: nationalism and development*. New York: Random House, 1963, p. 232-264.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, jul.-dez., 2010, p. 17-48. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4099>. Acesso em: dez. 2024.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. Cultura e desenvolvimento. In: MEC-ISEB. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: Iseb, 1956, p. 221-233.
- CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1959.
- CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Iseb, 1960.
- FRIEDMANN, Harriet; WAYNE, Jack. Dependency theory: a critique. *Canadian Journal of Sociology/Cahiers Canadiens de sociologie*, v. 2, n. 4, Autumn, 1977, p. 399-416. <https://doi.org/10.2307/3340297>.
- IORIS, Rafael. *Qual desenvolvimento?: os debates, sentidos e lições da era desenvolvimentista*. São Paulo: Paco, 2017.
- JAGUARIBE, Hélio. A crise brasileira. *Cadernos do Nosso Tempo* 1, n. 1, out.-dez. 1953, p. 120-160.
- JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Diretrizes gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai, 1955.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Iseb, 1960.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: Iseb, 1962. 2 v.
- PREBISCH, Raul. *Interpretación del proceso de desarrollo latinoamericano*. Santiago: Comisión Económica para América Latina, 1949.
- PREBISCH, Raul. *The economic development of Latin America and its principal problems*. New York: United Nations Department of Economic Affairs, 1950.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A problemática da realidade brasileira. In: MEC-ISEB. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: Iseb, 1956, p. 13-32.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Iseb, 1960.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- WASSERMAN, Claudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.